

Ofício nº 004/2023 – GP.

Santa Cruz (RN), em 13 de janeiro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor
FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Espírito Santo/RN

Assunto: Adesão ao Pregão Eletrônico Nº 000031/2021 – PMES/RN.

Excelentíssimo Senhor Prefeito;

Com amparo na legislação vigente, consultamos Vossa Excelência sobre a possibilidade de **ADESÃO** à Ata de Registro de Preços, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO 000031/2021 – PMES/RN, realizado objetivando o Registro de preços para eventual contratação de empresa para compra e fornecimento de laboratórios de aprendizagem criativa e robótica maker, destinados às escolas da rede de Município de Ensino.

Solicitamos ainda, uma vez atendido o pleito em tela, que nos sejam encaminhadas cópias do Edital da Licitação instaurada objetivando o fim de referência, bem como das publicações do Aviso Resumido da Licitação, do Recibo emitido pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE/RN, da documentação de habilitação e da proposta de preços da empresa vencedora, da Ata da Sessão Pública realizada, dos Atos de Homologação e Adjudicação com respectivas publicações, da ARP – Ata de Registro de Preços e respectiva publicação, do Decreto Municipal que regulamenta o Registro de Preços no âmbito desse municipal, sem prejuízo para esse Órgão Gerenciador.

Ao ensejo, reiteramos protestos de consideração e apreço, com recíprocos desejos de cooperação mútua.

Cordialmente,



Ivanildo Ferreira Lima Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I - OFÍCIO Nº 004/2023 – GP

JUSTIFICATIVA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

ORIGEM: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000031/2021-PMES/RN.

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN.

UNIDADE ADERENTE (CARONA): MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.

Justifica-se a adesão a Ata de Registro de Preços intentada pela necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, com fundamento na Lei 8.666/93, no seu art. 15 e nas disposições constantes no Decreto Federal nº 7.982/13, tendo em vista a maior celeridade e a melhor racionalização pelo órgão não participante dos recursos financeiros na aderência à ata, durante sua vigência, através de prévia consulta e anuência do órgão gerenciador do sistema de registro de preços.

Sobre a adesão a ata de registro de preços, dispõe o art. 15, da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

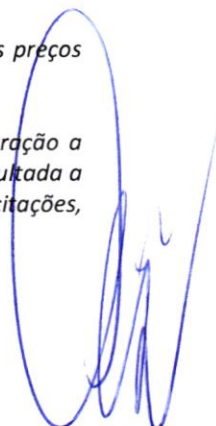
§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações,



sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desses com o preço vigente no mercado.”

Assim, diante disso, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz, visando à execução do objeto constante na ata já mencionada, determinou a instauração de processo administrativo de Adesão o qual se positivou com os preços elencados na ata devidamente registrados.

Sobre o assunto, dispõe o Decreto nº 7.892/2013, *in verbis*.

“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.”

Destarte, conforme a *mens legis* do dispositivo acima, verifica-se que a sistemática consagrada admite a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão que não tenha participado do certame licitatório. Todavia, para tanto, exige-se a vantajosidade desse procedimento administrativo, bem como a consulta prévia e a obtenção de expressa concordância do ente gerenciador, assim como a devida adesão dependente da anuência da empresa fornecedora.

Desta feita, em análise aos autos, permite-se concluir que os preços ofertados e registrados são vantajosos para a Administração Municipal, bem como observamos que as condições